

AULA 22/08/2023



DCO0504 – DIREITO EMPRESARIAL PÚBLICO

Prof. Manoel Pereira Calças

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Concentração, Estruturas e Desigualdade. O texto “**Concentração, Estruturas e Desigualdades: As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda**” é o resultado dos encontros do Grupo Direito e Pobreza, criado em 2006 pelo Prof. Calixto Salomão Filho, e que conta com a supervisão acadêmica da pesquisadora Brisa Ferrão e do pesquisador Ivan César Ribeiro. O texto está dividido em 7 capítulos, sendo o primeiro deles a Introdução, os 5 capítulos seguintes para desenvolvimento das ideias com base nos estudos e pesquisas realizados.

Capítulo 1 – Introdução. A introdução do livro apresenta o objetivo do estudo, que é analisar o papel que as estruturas jurídicas e econômicas tiveram no processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, assim como na variação dos indicadores de pobreza. O texto também apresenta a metodologia utilizada pelo Grupo Direito e Pobreza para realizar a análise.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Processo de Colonização. O processo de colonização deixou em diversos países uma herança de **pobreza crônica e desigualdade na distribuição de renda**, uma situação que persiste e é resistente às políticas públicas. O processo de ocupação foi orientado pela extração máxima de renda por um grupo bastante restrito de pessoas, e redundou na concentração econômica que está na origem do subdesenvolvimento da região.

Desigualdade e Pobreza. A **desigualdade e a pobreza estão no cerne desse processo** e, mais do que um resultado indesejado do processo concentrador, são elementos definidores da própria colonização. O desenvolvimento das atividades econômicas nas colônias se deu de forma a garantir que nenhum recurso, além do mínimo necessário, fosse empregado em outras atividades que não as destinadas a produzir as rendas monopolistas, todos os outros setores deveriam ser tocados a nível de subsistência ou eliminados.

Aparato de Manutenção – Estruturas Jurídicas e Econômicas. O aparato criado para garantir a extração de renda, por meio da opção deliberada pela concentração de renda, concessão de monopólios e geração da pobreza, **cristalizou-se em estruturas jurídicas e econômicas capazes de perpetuar esses efeitos**. Essas Estruturas seriam muito diferentes das então chamadas “Instituições”.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Instituições. A definição de “Instituições” varia bastante conforme a área de conhecimento (economia, sociologia, direito e outras), e mesmo dentro de cada área. A formulação do Economista Greif parece reunir de forma razoável muitas dessas definições. Segundo ele, as instituições são aqueles elementos (normas, crenças, cultura e organizações) destinados a produzir a previsibilidade dos comportamentos dos agentes econômicos, de forma a facilitar as transações e assim diminuir os custos de transação.

Políticas Públicas e Macroeconômicas Equivocadas. De acordo com essa abordagem, o baixo desempenho das economias periféricas poderia ser atribuído inicialmente a políticas macroeconômicas equivocadas e, em segundo lugar, a falta de instituições adequadas – ou seja, neste segundo caso alguma espécie de choque exógeno teria produzido instituições deficientes e elas perpetuariam inicialmente o subdesenvolvimento e, por meio do baixo crescimento econômico, perpetuariam também a pobreza e a desigualdade social.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Estruturas x Instituições. As estruturas diferem das definições tradicionais de instituições, podendo mesmo coexistir com estas, sendo listados abaixo os principais aspectos que as diferenciariam:

- 1) Finalidade** – estruturas não estariam destinadas a produzir a regularidade de comportamentos, ou mesmo a produzir o respeito à propriedade e aos contratos. Seu fim último é mesmo a extração de renda, a ser garantida pela concentração e pelo monopólio, excluindo agentes econômicos do mercado, limitando a liberdade da mão-de-obra, concentrando o acesso ao capital (financeiro ou humano) e ao crédito. Isso teria inclusive maior importância sobre a formação das taxas de juros.
- 2) Duração** – A segunda diferenciação se faz por meio da sua duração no tempo. Enquanto muitos economistas lidam com dificuldade com a questão da perpetuação de instituições deficientes, as estruturas jurídicas e econômicas têm uma explicação natural para a sua permanência. Tendo sido desenhadas para garantir a exclusão da maioria e a concentração econômica, com claros reflexos no acesso a todo e qualquer meio de participação social, **sua permanência é natural e, mais do que isso, difícil de ser extinta**. Os privilégios são apropriados de tempos em tempos pelos grupos mais diversos, sucedendo-se uns aos outros na posse do aparato destinado a garantir a concentração.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Capítulo 2 – Estruturas Jurídicas e Econômicas. Segundo este capítulo, o poder econômico parece ser um elemento de grande importância na explicação dos padrões de distribuição de renda e de pobreza. Sua influência se dá por meio da criação de estruturas concentradoras, que acabam sendo os determinantes do alto grau de desigualdade de renda e da pobreza aguda observadas nessas regiões. A criação dessas estruturas concentradoras chegou até mesmo à administração da justiça.

Monopólios Legais e Econômicos. Segundo os autores, a forma de atuação dos monopólios legais e econômicos no Brasil levou à concentração não apenas no mercado consumidor, mas à concentração e extração de renda no mercado de trabalho e de recursos intersetorial. Os setores secundários foram mantidos à mingua e os concorrentes eliminados. A ocupação econômica das colônias, levando a criação de setores dominantes, setores dinâmicos e setores dependentes, foi exercida principalmente por meio da regulação, com a clara captura da esfera legal e política pelo poder econômico.

Direito como Principal Instrumento. Segundo os autores, o direito apareceria, assim, como o principal instrumento dos determinantes estruturais, da concentração de renda e, em última análise, da pobreza no Brasil. As normas legais teriam sido editadas, por meio de tantos decretos, leis, e outros atos normativos quantos necessários a essa apropriação e drenagem de recursos.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Crescimento Preordenado. Alguns estudiosos propõem em última análise é que o subdesenvolvimento se deu como um efeito indesejado do processo inicial de ocupação do novo mundo. Instituições ineficientes foram criadas na origem, levando ao desempenho sofrível das economias da região na etapa posterior. Para os autores, isso não seria verdade, já que a ocupação teria se dado de forma preordenada, com o objetivo claro de extrair a renda e garantir sua apropriação por um grupo bastante restrito de pessoas.

Capítulo 3 – Análise Comparativa da Evidência Empírica. O tratamento empírico conjunto das três hipóteses até aqui apresentadas, a neo-estruturalista, a institucionalista e a geográfica, mostra-se necessário já que todas elas poderiam ser atribuídas às diferenças na forma de ocupação das colônias.

Capítulo 4 – Hipótese Neo-Estruturalista. Segundo os autores, os ciclos econômicos brasileiros trouxeram efeitos econômicos e sociais distintos, alguns piores do que outros. Nessa época, boa parte das propriedades ficavam na mão de poucos e utilizavam mão de obra escrava ou semi-escrava (negra e indígena). Do ponto de vista econômico, trazendo para o contexto dos dias atuais, teríamos monopólios absolutos que impediam o desenvolvimento econômico autônomo das colônias, causando uma estagnação de crescimento.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Ciclos e Estruturas Econômicas. Os ciclos econômicos, para os autores, são acompanhados de estruturas que constantemente se adaptam para permitir a contínua drenagem de recursos. Ao se comparar ciclos econômicos diversos se estaria comparando também as diversas estruturas de poder econômico que foram erigidas para lhes dar sustentação. Com isso, nem a mudança das formas de trabalho (trabalho escravo para trabalho assalariado) foram suficientes para alterar essa estrutura social.

Brasil. Os 150 primeiros anos do país têm como atividade econômica central a atividade agrícola baseada no grande latifúndio açucareiro. Apenas no período subsequente é que a atividade predominante passa a ser a mineração, uma vez descobertas as grandes minas de ouro e diamantes do interior de Minas Gerais.

Ciclo da Cana x Mineração. O ciclo da cana ajuda a consolidar o poder dos grandes latifundiários, mas não cria uma unidade econômica nacional. A extração dos metais preciosos, do período subsequente, seria, ao contrário, profundamente integradora, o que ajuda a explicar a integridade nacional do Brasil, em comparação com a diversidade de Estados da América espanhola.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Economia Monopolista e Escravista. A economia monopolista/escravista impediu a formação de demanda e fluxos de renda nas economias dela dependentes, o que dificultou sobremaneira o seu desenvolvimento econômico.

Sistema Colonial e Tripla Drenagem. O sistema colonial permitiria uma tripla drenagem.

- 1)** no **mercado de trabalho**, pois, o dispêndio com o escravo era o mínimo necessário para sua subsistência, sendo que a expectativa de vida era pouca em razão do grande volume de trabalho.
- 2)** no **mercado de consumo**, uma vez que o consumo só havia pelos grandes latifundiários, todos importados da metrópole, com preços altíssimos, fazendo com que parte das rendas da lavoura voltassem para a Europa e não ficasse no país.
- 3)** geração de **setores dominantes e dependentes**, já que por não criarem fluxos de renda, impediam a existência de outros setores com dinâmica própria, seja porque não criavam renda ou porque, sendo altíssimo o seu retorno, desestimulavam outros setores.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Ciclos Econômicos e a Desigualdade. Abaixo as definições dos ciclos econômicos para os autores.

- 1) Ciclo da Cana.** No ciclo da cana a drenagem teria sido máxima. Não há produção de renda no mercado de trabalho, o mercado de consumo é totalmente monopolizado pelos comerciantes de escravos e o engenho é uma unidade dotada de elevado grau de auto suficiência, não gerando estímulo para o desenvolvimento de outros setores.
- 2) Ciclo do Ouro.** as estruturas de sustentação são um pouco diversas, com grau de drenagem inferior ao anterior. O modo de produção mistura trabalho escravo com trabalho livre. Não havendo produção agrícola na atividade mineradora é também necessária a existência de setores econômicos de subsistência que deem sustentação à economia extrativa. Daí por que o ciclo do ouro gera estímulo econômico no setor de produção de alimentos, sobretudo, no sul do País.
- 3) Ciclo do Café.** O ciclo do café é, sobretudo, a forma de trabalho que faz esperar uma drenagem menor que o ciclo do ouro. Como visto, ainda que não gerador de profundas transformações na distribuição de renda, o trabalho assalariado cria fluxos de renda mais importantes, especialmente, em que há mais disputa por mão-de-obra (São Paulo).

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Similaridades dos Ciclos Econômicas. O que esses ciclos econômicos teriam de similar é que em todos não haveria uma boa distribuição de renda e nenhum estímulo ao empreendedorismo. Produzir para o mercado interno ou externo era inviável, pois também aí a metrópole monopoliza as importações. A única alternativa remanescente para a ascensão social seria então algum tipo de educação, ao menos técnica. Essa alternativa era obviamente inexistente para o trabalhador servil (escravo ou nativo).

Capítulo 5 – Teste Empírico. Segundo os autores, as alegações feitas no estudo podem ser comprovadas empiricamente, de forma a se comprovar a existência e relevância do efeito de longo prazo das estruturas sobre as condições de pobreza e de desigualdade. As dimensões continentais do País e a grande variação dos indicadores de bem-estar social entre regiões, com um grande número de variáveis mantidas constante (leis, língua, cultura, judiciário), permitiriam a proposição de testes econométricos com razoável grau de acuidade.

No referido teste empírico foram utilizados algumas variáveis como os efeitos da drenagem de recursos, tendo como variáveis de modelo (índice *Gini* de terras, Governança, Acesso à Justiça, Variáveis Geográficas, Variáveis de Controle, Desigualdade Social, Pobreza e Inteligência):

$$Gini = g1DCana + g2DCafé + g3DOuro + XInst b Inst + XGeobGeo + ul$$

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Dados de Utilização para o Teste Empírico. Para o levantamento de dados dos municípios pertencentes aos ciclos da cana-de-açúcar, café e ouro, utilizaram as informações constantes do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000, do PNUD.

Capítulo 6 – Resultados. Primeiramente, os autores informam que os resultados que encontraram são compatíveis com os encontrados por *Naritomi* em seus estudos. Segundo essas conclusões, seria possível afirmar que, com base na análise dos episódios históricos do capítulo 4, as ditas causas institucionais são um efeito do processo concentrador, não determinando o desenvolvimento diretamente. As estruturas jurídicas e econômicas têm um efeito direto e duradouro sobre a pobreza e a desigualdade e, por meio destas, afetam o potencial de crescimento econômico.

Estruturas como Fonte quase Exclusiva de Pobreza e Indigência. O resultado esperado em uma análise quantitativa é o de que variáveis geográficas tenham uma influência maior sobre a pobreza e a desigualdade do que sobre o próprio crescimento. Ou seja, as estruturas seriam uma alternativa teórica hábil a explicar até três quartos da variação da pobreza e da indigência em nosso País. Foram feitas diversas outras conclusões, as quais, no entanto, podem ser sumarizadas nesta.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

Capítulo 7 – Conclusões. As estruturas jurídicas e econômicas criadas a partir do processo de colonização seriam uma hipótese hábil a explicar bastante dos padrões de pobreza e desigualdade observados em nosso País e, possivelmente, em muitas outras ex-colônias. Os efeitos sobre o desenvolvimento se dão por meio da **concentração econômica, da pobreza e da desigualdade**. Tanto as hipóteses geográficas como as institucionais devem ser colocadas em perspectiva, pois parecem ser muito mais efeitos dessas estruturas do que explicações autônomas.

Concentração de Capital, Mão de Obra e Acesso ao Mercado. A habilidade em concentrar os recursos de capital, mão de obra e acesso ao mercado varia dependendo da situação histórica analisada. Isso primeiro faz realçar a necessidade da análise dos episódios coloniais para uma clara compreensão da formação dos padrões de pobreza e desigualdade social. Em segundo lugar essas diferenças vão determinar a maior ou menor pobreza e desigualdade social.

Drenagem de Recursos. A drenagem de recursos entre setores e a habilidade de explorar mais ou menos intensamente a mão-de-obra resultou em uma menor concentração no ciclo do café e uma maior concentração no ciclo da cana, com o ciclo do ouro ocupando uma posição intermediária. Esses testes aliados à íntima e demonstrada relação entre estruturas e ciclos evidenciam a coerência da explicação de indicadores sociais, de pobreza e distribuição de renda, a partir da análise de estruturas econômicas.